



GEOGRAFIAS TRANSLOCAIS NA DIÁSPORA ÁRABE PALESTINA: ESTUDO DE CASO EM BARRA DO GARÇAS-MT

Zenilda Lopes Ribeiro ¹

RESUMO

Este artigo analisa o processo diaspórico de árabes palestinos e as estratégias socioespaciais compartilhadas na mobilidade. A análise parte da postura filosófica pós-estruturalista e da noção de translocalidade que demanda uma “transgressão” de unidades territoriais delimitadas espacialmente, e, ao mesmo tempo, evidencia a importância do lugar que é o ponto de onde convergem os fluxos que transcendem as escalas espaciais. Utilizou-se uma metodologia de perspectiva translocal, pesquisa qualitativa e entrevistas. Os resultados revelaram que, nas estratégias socioespaciais, há um sistema de capilaridade entre os árabes palestinos, que os conecta uns com os outros em vários aspectos da diáspora. Por fim, essa pesquisa mostrou que os palestinos e os descendentes mantêm vínculos de diversas naturezas entre o local de origem ou de referência e o local de moradia.

Palavras-chave: Diáspora, Palestinos, Translocalidade, Estratégia Socioespacial.

ABSTRACT

This article analyzes the diasporic process of Palestinian Arabs and the shared socio-spatial strategies in mobility. The analysis starts from the post-structuralist philosophical posture and the notion of translocality that demands a “transgression” of spatially delimited territorial units, and, at the same time, highlights the importance of the place, which is the point from which flows that transcend spatial scales converge. A translocal perspective methodology, qualitative research and interviews were used. The results revealed that, in socio-spatial strategies, there is a system of capillarity among Palestinian Arabs, which connects them with one another in various aspects of the diaspora. Finally, this research showed that Palestinians and their descendants maintain ties of different natures between the place of origin or reference and the place of residence.

Keywords: Diaspora, Palestinians, Translocality, Sociospatial Strategy.

¹ Docente do Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Araguaia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB zenildalr@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte do Projeto de Pesquisa “A realidade geográfica dos árabes em Barra do Garças-MT”², tem como objetivo analisar o processo diaspórico de árabes palestinos e as estratégias socioespaciais compartilhadas na mobilidade.

Estudos contemporâneos sobre processos migratórios debatem as dimensões do nacionalismo metodológico, cujo foco é a compreensão dos acontecimentos em escala nacional; o transnacionalismo que discute a multiplicidade de relações que transcendem as fronteiras; e a translocalidade, que remete à transgressão dos limites espaciais e de fronteiras ao mesmo tempo em que ocorre uma valorização da localidade. Além disso, a translocalidade também é usada para abordar conexão, redes, viagens, diásporas entre outras. O conceito da translocalidade vem sendo utilizado em inúmeras pesquisas internacionais; no Brasil, seu uso ainda é escasso em diversas áreas da ciência. Essa discussão me interessa, na análise da diáspora palestina, para refletir sobre “Geografias Translocais”, que, de acordo com Katherine Brickell e Ayona Datta (2011, p.4), significa entender esse conceito em escalas além do nacional, e os espaços e lugares serem examinados pelas suas conexões.

A diáspora palestina não é um fenômeno restrito às fronteiras nacionais, por isso, demanda uma análise com uma perspectiva que se insira na lógica global. O termo diáspora tem sido objeto de múltiplas interpretações, entretanto há algum consenso, sobretudo nestes aspectos: “dispersão”, “neologismo”, “experiência judaica”, “pátria”, “retorno” (SAFRAN, 1991, 2007; COHEN, 2008; HALL, 2018, JARDIM, 2007). Neste artigo, adoto a noção de Stuart Hall (2018, p.31), para quem a diáspora é “o espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor”.

No Brasil, as pesquisas científicas sobre os imigrantes árabes e a diáspora palestina são praticamente inexistentes na geografia. Nesse sentido este artigo visa contribuir com os estudos de processos migratórios, em específico a migração diaspórica. A partir do conceito de translocalidade, discuto a migração não como deslocamento, mas como mobilidade e a importância da localidade nesse processo.

Neste estudo, uso como recorte espacial a escala da cidade de Barra do Garças - MT como lugar da pesquisa empírica, mas não limitado por seu espaço de fronteira, estendendo-se para a uma dimensão espacial além do local.

² Projeto registrado na PROPeq/UFMT N. 378/2020 e Conselho de Ética da UnB sob CAAE: 92084418.1.0000.5540.



METODOLOGIA

Em relação à epistemologia, uso a corrente filosófica pós-estruturalista. O pós-estruturalismo, para Peters (2000), é um movimento interdisciplinar e se constituiu a partir de debates de pensadores que construíram teorias que questionavam os princípios estruturalistas. Para Williams (2013), esse movimento da filosofia começou na década de 1960, mas é densamente histórico de reação a uma longa série de ideias filosóficas.

A escolha do pós-estruturalismo se deve ao fato de que, na diáspora, os sujeitos estão em condição de mobilidade e esse movimento revoga as estruturas estáticas e as verdades absolutas, como expõe Williams (2013, p.17), “um aspecto do pós-estruturalismo é seu poder de resistir e trabalhar contra verdades e oposições estabelecidas”. Ao refletir sobre a ação do sujeito, Williams (2013, p. 23) destaca que “o sujeito deve ser visto como tomando lugar e contextos históricos, linguísticos e experiências mais amplas”. Além disso, conforme evidenciado por Stuart Hall (2019), no pós-estruturalismo, ocorre um “descentramento do sujeito”, rejeita a ideia de um sujeito universal, rompendo com o princípio estruturalista de um sujeito essencialista.

Nesse sentido, os sujeitos desta pesquisa são árabes palestinos da primeira até a terceira geração. Os nascidos na Palestina que emigraram para o Brasil, os descendentes filhos de pais árabes e aqueles provenientes de casamento interétnico, qual seja, pai árabe e mãe brasileira. Os participantes desta pesquisa fazem parte de um processo migratório de diáspora, por isso, não é possível pensar esses sujeitos sem colocá-los em um contexto geográfico mais amplo.

Para a investigação, adotei a perspectiva translocal que é uma concepção de pesquisa que uma abordagem estacionária não poderia atender isso exprime a necessidade de maior tempo para realizar o trabalho de campo devido à mobilidade geográfica dos participantes. Em complemento, utilizei a pesquisa qualitativa, visando uma imersão no ambiente de estudo e a interação com os sujeitos. As técnicas adotadas foram a pesquisa de campo exploratória seguida de extensas entrevistas e registro fotográfico. Para as entrevistas, segui dois critérios: o primeiro, “a disponibilidade em contribuir com a pesquisa” e, o segundo, “não obter dados com menores de idade”. As entrevistas, com um roteiro flexível, uma espécie de “roda de conversa”, tiveram horário previamente marcado, apenas cinco foram realizadas na residência e as demais ocorreram no ambiente de trabalho. Todas as entrevistas foram gravadas com o uso do celular e, posteriormente, transcritas. Os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Prévio e Esclarecido.



REFERENCIAL TEÓRICO

A década de 1980 foi a era de ouro dos estudos sobre o nacionalismo. O nacionalismo metodológico, ao colocar o problema como circunscrito ao nacional, parte da premissa de singularidade de que o fenômeno não existe em outros países, mesmo que em intensidade menor. Nina G.Schiller (2008) aponta que vários estudos sobre migrações tiveram como base o nacionalismo metodológico, cujas principais características são: unidade de estudo e de análise definidas pelas fronteiras nacionais; a sociedade é identificada com o Estado – nação. Para contestar esse método, propõe-se, nas pesquisas sobre as migrações, o Transnacionalismo.

Esse termo não é recente, Randolph Bourne (1916) publicou um ensaio “*Trans-national America*”, no qual questionava a noção de assimilação vislumbrada pela sociedade norte-americana para os imigrantes. Em 1940, o antropólogo cubano Fernando Ortiz utilizou o prefixo *trans* para se referir à “Transculturização”. Entretanto, a pesquisa com transnacionalismo teve um arrefecimento no período entre a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial com o declínio dos fluxos de capital e de pessoas e é, nessa conjuntura histórica, que os imigrantes foram considerados como pessoas desenraizadas que rompiam seus laços com seu lugar de origem (FAIST, 2010).

O termo transnacional ressurgiu no final dos anos de 1960 para expressar o aumento da interdependência econômica e política entre os países industrializados e a disseminação de empresas atuando em todo mundo. Entretanto, seu uso mais acentuado ocorre no final da década de 1980, período marcado pela mundialização do capital, globalização, neoliberalismo e o debate acerca das empresas globais se elas eram multinacionais ou transnacionais; é, nessa circunstância, que ressurgem entre os antropólogos o “Transnacionalismo” na discussão das migrações definido como “processo social em que os migrantes estabelecem campos sociais que cruzam fronteiras geográficas, culturais e políticas”. Nesse processo, os imigrantes são chamados de transmigrante, esse termo se tornou um elemento central do transnacionalismo, em que há multiplicidade de envolvimento tanto na sociedade de origem quanto na de acolhimento (SCHILLER; BASCH; SZANTON, 1992 p.ix).

O transnacionalismo trata-se de um novo paradigma, não há um desenraizamento, quem sai não abandona seu território, mas mantém os laços no lugar de origem. Nos países de destinos, não ocorre um processo de assimilação/incorporação integral, mas um amálgama entre as duas ou mais sociedades, com uma multiplicidade de relações que transcendem as fronteiras nacionais. É, nesse sentido, que a base teórica do transnacionalismo se relaciona



com esta pesquisa, porque os sujeitos da diáspora palestina, com suas vivências translocais, encaixam-se no conceito de translocalidade que, para Brickell e Datta (2011, p. 3), é um “transnacionalismo mais fundamentado” em que se analisam contextos locais e a situação da mobilidade dos sujeitos.

A noção de translocalidade está alicerçada pela ideia de “transgressão” das fronteiras ao mesmo tempo em que ocorre uma valorização da localidade com revitalização, criação e diferenciação de lugares. Arjun Appadurai (1997) aborda a translocalidade como uma categoria emergente de organização humana. David S. G. Goodman (2002) destaca que translocalidade significa ser identificado com mais de um local. Essa definição captura o duplo significado de identidade/identificação, e a relação entre identidades, subjetividade e as redes que vinculam lugares. No que se refere às conexões translocais, Smith (2011, p.181) aponta a translocalidade como um modo de múltiplas posições ou situações “aqui” e “lá”. Ao examinar a literatura sobre translocalidade, Greiner e Sakdapolrak (2013, p.376) concluem que “os pesquisadores usam a translocalidade para capturar interações socioespaciais complexas em uma compreensão holística, multidimensional orientada para os sujeitos”.

Os primeiros estudos de translocalidade estavam relacionados com o contexto do transnacionalismo. Entretanto, em 2002, na China, iniciaram-se várias pesquisas com o objetivo de aplicar o conceito translocalidade na esfera mais limitada da China continental. Tim Oakes e Louisa Schein (2006) explicam que o uso do termo translocal se deu devido ao aumento das migrações internas na China, as quais estavam em descompasso com a relação entre mobilidade e localidade. A translocalidade na China revelou que a identidade e outros laços de pessoas e instituições não foram simplesmente arrancados de suas fundações culturais locais pela rápida urbanização, mas passaram a ser translocais, pertencendo a mais de uma localidade simultaneamente.

Ulrike Freitag e Achim Von Oppen (2010), no estudo das realidades empíricas da África, Ásia, Oriente Médio, onde realizaram pesquisas, utilizaram a translocalidade como um conceito intermediário para ajudar a entender e conceituar conexões além do local, as quais não são necessariamente globais, e também para estudar as conexões globais em específicos momentos históricos. Para esses autores a translocalidade é uma abordagem terminológica que supera a visão monopolar e eurocêntrica da globalização, tenta conscientemente transcender o foco elitista de grande parte da história global, contribuindo para uma “história social de baixo”. É, nessa perspectiva, que os autores consideram a translocalidade como “Mobilidades Marginais”.



Eles propõem que a noção de translocalidade sirva tanto como uma ferramenta para descrever certos fenômenos empíricos, quanto como uma perspectiva para conceituar a pesquisa sobre esses fenômenos. Assim, a translocalidade, como objeto de investigação, no sentido descritivo, é referida como:

nos referimos à translocalidade como a soma dos fenômenos que resultam de uma infinidade de circulações e transferências. Designa o resultado de movimentos concretos de pessoas, bens, ideias e símbolos que abrangem distâncias espaciais e cruzam fronteiras, sejam geográficas, culturais ou políticas (FREITAG; VON OPPEN, 2010, p.5).

Por sua vez, a translocalidade, como perspectiva de conceituar a pesquisa, é concebida como:

A translocalidade como perspectiva de pesquisa, ao contrário, visa de forma mais geral destacar o fato de que as interações e conexões entre lugares, instituições, sujeitos e conceitos têm efeitos muito mais diversos e, muitas vezes, até contraditórios do que comumente se supõe (FREITAG; VON OPPEN, 2010, p.5).

Ambas as perspectivas apontam a translocalidade para uma visão mais aberta e menos linear das múltiplas formas como o mundo global é constituído, seja através da transgressão de fronteiras entre espaços de escala diferentes, seja através da recriação de distintos lugares entre esses espaços.

Lugar e Mobilidade: foco analítico da pesquisa em translocalidade

Na pesquisa de translocalidade, a categoria “Lugar”, normalmente apresentado como localidade, representa o cenário dos fluxos ancorados. Sobre essa forma de análise, há divergências entre os que buscam romper com as noções de limite espacial, como, por exemplo, Freitag e Von Oppen (2010) e os que as utilizam objetivando valorizar o primado do local, como estudos de Smith (2011). Appadurai (1997) aponta que a produção da localidade desafia a ordem e a organização do Estado-nação. O que são as essas localidades?

As localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados — entra frequentemente em conflito com os projetos do Estado-nação. (APPADURAI, 1997, p. 34).

Paradoxalmente, os movimentos humanos, característicos do mundo contemporâneo, são uma ameaça ao Estado-nação, assim como a conexão dos sujeitos à vida local é, nesse sentido que a mobilidade geográfica reforça a emergência de translocalidades. Doreen Massey (2000) proclamam que as pessoas precisam de um sentido global do local, e de uma



consciência global do lugar e é, nesses termos, que propõem pensar o lugar de forma progressista, a saber: “Lugares são processos, não são estáticos; Lugares não devem ter fronteiras de divisão demarcatórias; Lugares não tem identidade única e singular; A especificidade de um lugar é continuamente produzida” (MASSEY, 2000, p.185).

Qual o sentido do lugar para o Ser em Diáspora? O geógrafo francês Bruneau (1995) discute a diáspora a partir dos lugares de memória “*haut lieux*”, que traduzo como “lugar sublime ou simbólico”, e no inglês seria “*symbolic place*”. Essa associação se refere à ausência de um território estabelecido que leve a reconstruir os cenários apenas a partir da memória que Massey (2017, p.37) define como “imaginação geográfica”, que se concentra em imagens de lugares. A autora também propõe compreender lugar como “lugares de encontro”, por serem complexos e diferenciados internamente.

Esses lugares de encontro têm ressonância em Bruneau (2010), que ressalta a importância da materialidade do espaço e lugar, como lugares de encontros periódicos de caráter religioso, cultural ou político, onde o grupo possa se concentrar e rememorar seus símbolos. Esses espaços possibilitam uma diáspora sobreviver, transmitindo sua identidade de uma geração para a próxima, permite também que a diáspora não se dilua na sociedade anfitriã mantendo sua identidade distinta. Por sua vez, Massey (2015, p.191) compara esse lugar como “integrações de espaço e tempo, como eventualidades espaços-temporais. [...] como um tecer de histórias em processo, como um momento dentro das geometrias do poder”. Lugar, nessa perspectiva, é dinâmico, aberto no “sentido global de lugar”.

Como pensar lugar como uma eventualidade espaço-temporal no contexto de diáspora? Na compreensão da Diáspora, tendo a translocalidade como categoria de análise, é fundamental refletir a localidade e a mobilidade e as problemáticas advindas para a pessoa que se move de seu lugar de vida, sua inserção no lugar de chegada e o retorno ao imaginado. A mobilidade geográfica é uma viagem, ir ao encontro/confronto do conhecido/desconhecido é viajar entre lugares. Massey (2015, p.190) esclarece que, “viajar entre lugares é mover-se entre coleções de trajetórias e reinserir-se naquelas com as quais nos relacionamos”.

A mobilidade, para Augé (2007), é marcada pela contradição, uma vez que, teoricamente, pode-se fazer quase tudo sem se mover. Entretanto, é, nesse mundo, que a população se desloca. A isso Augé chama de uma mobilidade “sobremoderna”, referindo-se ao movimento da população, da comunicação instantânea, da circulação de produtos, das imagens e da informação. Nessa mesma direção de pensamento do mundo contemporâneo visível pela fluidez, Jacques Lévy (2001, p.1) define “a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar”, partindo da compreensão de que as pessoas podem ocupar



s sucessivamente vários lugares. Para esse autor, os lugares não são apenas pontos fixos, mas também aqueles que surgem nos fluxos.

Para Ratzel (1906), que tinha uma visão essencialista, a mobilidade geográfica era inata, isto é, fazia parte da essência dos povos. Jörn Seemann (2012) evidencia que Ratzel concebia a geografia como uma ciência em movimento e essa era uma das reflexões centrais do seu pensamento. Sobre o comportamento humano, ele definiu que:

o homem é desassossegado; ele aspira a uma expansão maior em todas as direções onde barreiras naturais fortes o limitam, e qualquer posição antropológica que não está levando esse desassossego em conta, se fundamenta em uma base errada. A humanidade precisa ser vista como uma massa que permanentemente se encontra em um movimento em fermentação (RATZEL, 1906, p.38 *apud* SEEMANN, 2012, p.10).

A reflexão de Ratzel sobre a mobilidade é influenciada pelo período vivido nos Estados Unidos, onde ele percebeu que a população estava esparsamente distribuída pelo território, o que o levou a correlacionar mobilidade e consciência, uma vez que os norte-americanos aparentavam ter consciência da amplitude do espaço e isso influenciava a mobilidade em cada indivíduo e a necessidade de conquistar esse espaço (SEEMANN, 2012).

A mobilidade humana é uma experiência irredutivelmente incorporada, é uma maneira de estar no mundo, e é isso que defende Tim Cresswell (2006): o deslocamento ou movimento é o processo de transferência de um corpo de um local para outro, enquanto a mobilidade é mais ampla, porque envolve o social, cultural, estruturas e significados. Ela é tão espacial na geografia quanto o lugar é central para a experiência humana do mundo. Contudo, mobilidade e lugar são paradoxais, uma vez que a mobilidade é a principal ameaça à existência enraizada e autêntica do lugar.

Na mobilidade dos palestinos, essa existência autêntica do lugar é mais ameaçada uma vez que, com a chegada do movimento sionista à Palestina e com as guerras árabe-israel, vilarejos inteiros foram destruídos, áreas rurais e urbanas foram radicalmente transformadas. É, nesse sentido, que o conceito de translocalidade auxilia a compreender que, mesmo que o espaço construído não exista mais, e a vida em torno desse espaço tenha se modificado, a localidade permanece como lugares de memória. A mobilidade não retira das pessoas aquilo que foi vivido como, por exemplo, os caminhos percorridos, a visão da montanha, o cheiro das flores, o canto dos pássaros, uma fruta específica. São esses elementos internalizados que propicia um sonho, desejo ou um plano de retorno à pátria.



A mobilidade geográfica diaspórica dos palestinos na América Latina

O processo migratório de palestinos para América Latina tem sua origem no final do século XIX. Esses imigrantes, tal como os sírios e libaneses, foram designados como “turcos” em sua chegada à América Latina considerando que ainda tinham documentos de identidade do império turco-otomano.

Os primeiros imigrantes eram cristãos, vieram em uma viagem de navio sem previsão de volta e, ao chegarem à América, tomaram destinos diversos: Honduras, Cuba, Colômbia, Peru, Bolívia, Brasil e Chile. No Chile, formou a maior comunidade de palestinos das Américas (BAEZA, 2010). Para Baeza (2014) a emigração palestina para a América Latina é resultante de uma combinação de fatores de "atração e pressão". A primeira se refere às oportunidades econômicas para os comerciantes cristãos; a segunda se relaciona com o medo da discriminação religiosa e étnica diante do nacionalismo turco. Em toda a América Latina esses são os países com maior população de palestinos.

Chile e Honduras. Esses dois países abrigam as maiores populações de descendência palestina: no Chile, organizações da diáspora afirmam que representam pelo menos 350.000 pessoas, e em Honduras, historiadores falam de 280.000 hondurenhos de ascendência palestina. (BAEZA, 2014, p.60).

No Brasil, os palestinos cristãos foram para o Nordeste, sobretudo para Recife (ASFORA, 2003). Ao pesquisar a etnicidade dos Palestinos de Recife e Natal Hissa Musa Hazin (2016) aponta que, nessas capitais, houve uma integração na sociedade brasileira de tal forma que os pais criaram seus filhos palestinos como se brasileiros fossem, devido ao grande desejo de se “misturarem” com os nacionais. Essa característica também foi identificada no Peru com os palestinos, que eram cristãos, a partir da segunda geração, não falava mais a língua árabe praticamente; o casamento misto era frequente, contudo, com a chegada de novos palestinos, ocorreu um avivamento da palestinidad e, na atualidade, revelam uma forte identificação com a Palestina (CUCHE, 2015).

Apesar da mobilidade dos palestinos ter iniciado no final do século XIX, o marco fundador da diáspora palestina ocorreu no século XX e está relacionada à criação do Estado de Israel. A Grã-Bretanha se retirou da Palestina em 14 de maio de 1948, com a saída dos militares britânicos, o exército israelense ocupou o vácuo e o Estado de Israel foi proclamado (COHEN, 2008). Esse fato, chamado pelos palestinos de *al-Nakba* (árabe), traduzida como “a Catástrofe”, seguida de outros movimentos subsequentes, como a Guerra dos Seis Dias (1967), a *al-Naksa* (árabe), “o Revés” (português), causou um intenso fluxo de saída de



palestinos, cristãos e mulçumanos (MISLEH, 2017). A saída ocorreu inicialmente por prudência, depois por pânico, os palestinos deixaram suas casas e se tornaram refugiados, a princípio nos países vizinhos, depois em todo o Oriente Médio e, em seguida, em outros países onde buscavam refúgio (COHEN, 2008). Esse refúgio designa tanto os que possuem o *status* legal de “refugiado”, conforme o direito internacional, quanto àqueles (as) que sofrem o processo de diásporização palestina, que os obriga a emigrarem (SCHIOCCHET, 2015).

As noções de diáspora podem ser subdivididas em recente e antiga. A recente se refere a qualquer tipo de dispersão, incluindo diásporas comerciais, como a dos chineses, ou diáspora de mão-de-obra, como a dos mexicanos (COHEN 2008). A noção antiga segundo Faist (2010, p.11) “é a dispersão forçada, e está enraizada na experiência dos judeus, e mais recentemente - dos palestinos”. A diáspora nessa concepção implica em um retorno a uma pátria “imaginada” (SAFRAN, 1991). A diáspora palestina independentemente dos motivos que levaram a dispersão é considerada forçada. Há grupos de palestinos que foram expropriados do seu território ou expulsos de suas casas. Outros, não foram obrigados a deixar o território, mas passaram a sofrer as consequências sociais e econômicas da situação caótica em que viviam, além disso, havia políticas de estímulos por parte de Israel para que os palestinos deixassem à Palestina.

Ao pesquisar os motivos da diáspora da Palestina, Jardim (2006) identificou dois fatores: primeiro, a mobilidade se deu devido à criação do Estado de Israel; segundo, a saída foi motivada por busca de trabalho, o que indica que a evasão dos palestinos de sua terra natal tem similaridade com outros emigrantes, que saem em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Contudo, a autora mostra que os palestinos têm uma singularidade: a ausência de um “Estado-nação”. Essa problemática classifica os palestinos como imigrantes *sui generis*, pois a falta de pertencimento e não ter documentos de um Estado nacional inviabiliza, sob vários aspectos, sua locomoção e, dessa forma, criam-se alternativas nas famílias de se espalharem por vários países.

Nessa diásporização, os palestinos que vieram para o Brasil buscaram abrigo na região Sul nos Estados do Paraná, Santa Catarina e, especialmente, no Rio Grande do Sul entre as fronteiras com a Argentina e o Uruguai, instalaram-se em Porto Alegre, Torres, Canoas, Sapucaia do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Chuí-Chuy (Brasil-Uruguai), e Uruguaiana, a cidade mais palestina do Brasil. Posteriormente, partiam para outros estados brasileiros e fixavam domicílio em cidades cujo sítio estavam em posição estratégica e onde já havia algum conhecido ou mesmo algum parente que os convidavam.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na região do Vale do Araguaia, árabes palestinos da religião muçumana chegaram, gradativamente, após 1950 e se estabeleceram em áreas urbanas de Baliza e Aragarças (GO), Rondonópolis, Araguaiana, Torixoréu e, sobretudo, Barra do Garças (MT), as quais possibilitavam condições mais favoráveis para os empreendimentos deles. Os primeiros árabes, assim como ocorreu em outros municípios brasileiros, começaram como mascates. Os que vieram posteriormente foram amparados pelos árabes que estavam mais estabilizados e isso, de certa forma, mitigou as dificuldades nos anos iniciais de assentamento.

Para elucidar, destaco um trecho da entrevista realizada em 30 de janeiro de 2021, na qual um imigrante faz um relato do seu processo diaspórico. Disse ele:

Lá, as pessoas viviam da agricultura e da criação de carneiros. Eu era pastor cuidava do rebanho e plantava pra comer [...] Eu estava lá em casa e a gente ouviu que o Brasil abriu pra gente vir, aí eu disse vou para o Brasil [...] Quando eu saí de lá meu menino estava com 17 dias de nascido e depois vi ele com 10 anos [...] Eu vim para o Brasil em 1958 e o primeiro lugar que fui, foi pra para Santa Maria no Rio Grande do Sul [...] cheguei no Porto de Santos numa viagem que durou 36 dias, foram 36 dias em alto mar, comendo carne de cavalo (93 anos, 1ª geração).

Em suas memórias, dessa trajetória, disse que, do lugar onde morava (Kafr Malik), saiu sozinho, deixou a esposa e seu filho com 17 dias de nascido, foi para Ramallah seguiu para Jordânia, depois para a Síria, lá carimbaram o seu passaporte e recebeu o visto. Depois de três dias, foi para Beirute, no porto, embarcou no navio em direção à Itália, onde ficou alguns dias e, em seguida, veio para o Brasil, chegou ao Rio e depois desembarcou no porto de Santos. O tempo da viagem, “36 dias em alto mar, comendo carne de cavalo”, essa fala foi repetida por três vezes seguidas, como querendo frisar o quanto o alimento estranho a sua cultura foi significativo e uma experiência sensitiva que marcou sua vida. O mais inusitado de tudo isso foi descobrir que a carne de cavalo não faz parte da cultura brasileira como refeição.

A vinda para o Brasil se deu porque, segundo sua filha, de todos os países da América, naquele momento, o País estava liberando visto para vir, houve uma facilitação para sair da Palestina, não era exigido nada e havia toda uma política para tirar o povo palestino do território. Saiu em direção ao Brasil, mas sem saber para onde iria, entretanto, entre os que viajavam no navio, conheceu uma pessoa que tinha um irmão morando no Sul, então ele se juntou a esse conterrâneo que o levou para São Paulo, onde conheceu a Rua 25 de março e depois foram para o Sul. Lá, no Sul, havia muitos árabes que o acolheram.



No segundo dia em Santa Maria, começou a trabalhar como mascate, recebeu duas malas com mercadorias, com calças e camisas, decorou os preços. Ao amanhecer, pegava uma reta e caminhava o dia todo, carregando uma mala em cada mão, de casa em casa, batendo de porta em porta em que dizia: “*compra roupa, compra roupa*”. Essas foram às primeiras palavras que aprendeu falar em português. Com o passar do tempo, além da cidade de Santa Maria, também viajava com as malas para as vilas onde moravam muitos italianos e alemães que eram os clientes. A mascateação, segundo Truzzi (1993), era a forma mais rápida de obter recursos financeiros, trazer o restante da família e ascender socialmente. Isso ocorreu com esse entrevistado, entretanto, somente após nove anos vivendo no Brasil, conseguiu trazer a esposa, que veio sozinha deixando para trás o filho, contudo, com a Guerra árabe-israelense de 1967, trouxeram o primogênito e após essa data migraram para Mato Grosso.

Embora na Palestina trabalhasse no campo com pastoreio de carneiros, no Brasil, dedicou-se à atividade econômica de vendedor disponível naquele momento, peculiar entre os árabes. Os árabes apresentam duas características que os diferenciam de outros grupos imigrantes, a saber: opção por viverem em áreas urbanas e trabalharem no comércio. Os árabes palestinos, que vieram para Barra do Garças, não fugiram a essa regra, que funciona como umas das estratégias socioespaciais, e, portanto, fixaram moradia no centro da cidade e exerceram atividades econômicas ligadas ao comércio. Esse habitar/trabalhar no centro comercial evita custo de deslocamento e ganho de tempo. De modo geral, as construções têm padrão de uso misto: aos fundos ou no segundo piso, localiza-se a residência e, na parte frontal, funciona o comércio. Atualmente, essa tendência prevalece entre os descendentes, entretanto, há casos em que o negócio funciona em um prédio e a moradia em outro nas proximidades.

Desses árabes palestinos que aportaram em Barra do Garças, restam poucos. De modo que dos 20 entrevistados, nesta pesquisa, apenas quatro são da primeira geração, os demais são descendentes de segunda e terceira geração. O local de origem da maioria dos imigrantes na Palestina é Al-Mazra'a ash-Shaqiya e Ramallah, apenas uma pessoa de Nablus e outra de Kafr Malik; e na Jordânia da capital Amã. Dos depoentes, 14 falam árabe e português, desses cinco falam também inglês; três falam português e entende árabe, mas não usam a língua no cotidiano; três falam apenas o português.

Os árabes, que chegaram à Barra do Garças a partir da década de 1950, eram do gênero masculino, todos mulçumanos e, após se estabilizarem financeiramente, buscavam organizar a vida familiar. Aqueles que eram casados retornavam ao lugar de origem para buscar a esposa e filhos; os que eram solteiros partiam para o empreendimento de formar



família; uns viajaram à Palestina para casar com uma jovem da mesma religião, e, posteriormente, vinham para o Brasil como recém-casadas, tipo de mobilidade defendida por Hamid (2007) como “mulheres que foram migradas em virtude do casamento”; Outros casaram com brasileiras cristãs. Em ambos os casos, os filhos foram educados dentro da cultura árabe, mas os filhos provenientes de pais mulçumanos seguiram a mesma religião; os filhos cujos pais eram de religião diferente seguiram a religião da mãe.

Os descendentes de pai e mãe mulçumanos, se não todos, pelo menos um ou dois membros da família, foram enviados à Palestina ou à Jordânia, ainda na infância, para conviver, na prática, com a cultura tendo parentes como tutores, estudar a língua árabe e o Alcorão, isso posteriormente, reflete na construção identitária e na palestinidade.

Se eu tivesse como fazer opção entre qual seria o melhor lugar para viver Estados Unidos, Palestina e Brasil. Eu escolheria o Brasil. Só que [pausa] o sentimento mais forte que eu tenho é que lá é meu lugar, e no final da vida gostaria de estar lá, o que eu sinto é que o meu lugar é mais lá do que aqui, por causa da minha religião por causa do meu povo (descendente de 2ª geração, 46 anos).

Eu fui pra Palestina com 5 anos e voltei quando tinha 13 anos. Fui pra lá para aprender a língua e o costume. Depois de 2 anos que tinha voltado, eu casei então vive muito pouco com os meus pais [...]Pra mim se eu pudesse, se eu tivesse uma renda boa uns alugueis, eu moraria lá pra sempre, minha terra natal, lá é muito bom (descendente, 2ª geração, 45 anos).

Aos 11 anos fui enviada para a Palestina, lá morei com meus avós paternos até os 17 anos, concluindo lá o Ensino Médio. Retornei ao Brasil e vivi aqui por 2 anos, aos 19 anos retornei para a Palestina e fiquei lá até os 22 anos, e agora faz 2 anos que estou morando na Barra, talvez no ano que vem voltaremos todos pra lá (descendente 3ª geração, 24 anos).

Esses três depoimentos revelam que o período vivido na Palestina internalizou o sentimento de pertencimento à sociedade e, por isso, desejam um retorno à terra ancestral. Entretanto, há os descendentes que não foram na infância para a Palestina, por isso, apenas pensam um dia conhecer a Palestina assim como muitas outras pessoas no mundo.

As maiores de meus parentes estão na Palestina, eu tenho irmã lá, tios, tias, primos e primas [...] eu mesmo nunca estive na Palestina, mas tenho vontade de ir lá, a gente ama o lugar que a gente morou por mais tempo. Lá é a terra do meu pai, eu sei que se eu for lá eu vou amar, porque lá tem tudo do que eu gosto, mas não pra morar (descendente 2ª geração, 41anos).

Na pesquisa com os palestinos no Sul do Brasil, Jardim (2000) usa a expressão “trânsito internacional” para identificar as relações que os palestinos mantêm com parentes em diferentes países. A autora detectou várias formas como vem sendo compreendida a



diáspora entre esses palestinos, quais sejam: a diáspora é difundida por organizações de defesa da causa palestina que se confunde com a reivindicação de um Estado Palestino; a diáspora é experiência de todos os palestinos que evadiram de um território originário; a diáspora é como uma expressão para designar a família “espalhada”, “dispersa” que se visita, constantemente, entre cidades, entre países, mas que não se reúne em um único lugar, um lugar “de todos”.

Nesta pesquisa também identificamos o trânsito internacional entre os palestinos, a diáspora é mantida por conexões translocais e entre os entrevistados que viveram por um período na Palestina, trazem o lugar na memória e nutrem a ideia do retorno como afirma o depoente, 63 anos morando no Brasil, dos quais 50 anos em Barra do Garças: *“Trabalhei aqui toda a vida para construir uma coisa lá e morar lá e terminar a vida lá. Pensava que ia esquecer de lá, mas eu não me esqueço de lá não”*. Esse outro entrevistado veio para o Brasil em 1979 com 14 anos, hoje com 56 anos diz: *“Olha profundamente, apesar de eu gostar demais, amo essa terra, no fundo a gente sente que está aqui como se fosse provisório, um dia tem que voltar e um dia, se Deus quiser, o meu plano é de voltar pra lá.”*

Esse outro depoimento também evidencia o gostar “daqui”, mas o desejo de retorno para “lá” e revela o caráter da diáspora árabe palestina de uma família dispersa e os laços que mantém com seus membros fora do Brasil. Esse espalhamento além de ser uma característica da diáspora, trata-se também de uma estratégia socioespacial de sobrevivência, em que buscam um lugar que seja bom para morar e para os negócios.

Sou naturalizada brasileira, minha família está espalhada. Uma filha mora na Palestina, outra filha no Barein, e a outra nos Estados Unidos, onde também vive os dois filhos. Um dia eu quero sair daqui, pra morar perto da minha família, mas por enquanto, eu gosto muito daqui, gosto do povo daqui e gosto de lá também, eu vou lá fico os três meses e volto (imigrante 1ª geração, 71 anos).

A entrevistada em específico, sem cidadania palestina, ao viajar para a Palestina, lugar onde nasceu, entra com visto de turista que condiciona sua estada lá por apenas três meses. Todos os 20 sujeitos desta pesquisa têm cidadania brasileira, destes, seis a obtiveram pela naturalização. Apenas cinco têm a cidadania Palestina, concedida pelo governo de Israel, com critérios difusos e de difícil acesso ao grande número de palestinos. Sete entrevistados têm dupla nacionalidade, entre estes, um tem a cidadania norte-americana, outro jordaniana, os outros cinco a cidadania Palestina. Desses entrevistados, dez relataram que o sonho era conseguir a cidadania palestina, primeiro por ser a conquista de um direito e segundo para evitar as humilhações frequentes na fronteira.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, identifiquei que, na diáspora palestina, ocorrem às categorias do nacionalismo metodológico, o transnacionalismo e a translocalidade, entretanto, pelas características que mais sobressaem do processo migratório, concluí que se trata de geografias translocais. A saída da Palestina não causou necessariamente um desenraizamento, pelo contrário, as raízes permanecem fixas “lá” e, de tempos em tempos, surge uma necessidade de visitar o lugar de origem. À medida que tornam mais estabelecidos e prósperos no Brasil, mais aumentam as conexões com a Palestina, uma vez que, financeiramente, podem arcar com os custos da viagem. Os descendentes, que ouviram as narrativas dos pais, também, almejam “regar as raízes”, fazer essa conexão, mesmo que seja uma visita como turista. Ressalto que, para alguns, não se trata apenas de “ir e voltar”, mas, sobretudo, nutrem o desejo de um dia retornar, para isso lutam para obterem a cidadania palestina, reivindicam assim o direito de serem nacionais.

Às conexões translocais se revelaram nas palavras “aqui” e “lá” que foram recorrentes nas entrevistas e evidenciam a noção defendida por Smith de que a translocalidade é como um modo de múltiplas posições ou situações.

Na análise das estratégias socioespaciais compartilhadas na mobilidade, ficou evidente quatro delas, sendo que as duas principais são: morar na cidade e trabalhar com o comércio. A opção por fixarem moradia na cidade, mais especificamente no centro comercial junto ou próximo ao trabalho, é uma forma de evitar perda de tempo e gastos com deslocamento e, com isso, economizam e lucram mais; O trabalho no comércio foi adotado como a maneira mais rápida de ganhar dinheiro desde os primeiros imigrantes árabes, sírios e libaneses que chegaram ao Brasil, prática seguida também pelos palestinos.

Outra estratégia socioespacial constatada foi a prática dos pais, sobretudo os mulçumanos, de encaminharem os filhos, ou pelo menos um deles, nascidos no Brasil, para serem alfabetizados na língua árabe e estudarem o Alcorão na Palestina. Essa atitude revela uma estratégia de construção identitária e ocupação do espaço. Para isso, passam pelo sofrimento de se distanciarem dos filhos, por um período, em que eles vão viver com parentes, avós ou tios, mas esperam, com esse esforço, que o descendente adquira os valores da cultura árabe palestina e da religião mulçumana, no local outrora vivido pelos pais.

Outra estratégia consiste em adquirir imóveis no Brasil, edificações na área comercial para garantir uma renda de locação na aposentadoria. Somado a isso, realizam a construção de casa no local de origem da família, assim alguém na Palestina ou na Jordânia recebe



remessas financeiras e fica incumbido de construir uma residência para terem assegurada uma moradia na ocasião do tão esperado retorno.

Também evidenciei que existe um sistema de capilaridade que os conecta uns com os outros, esse é o caso do “espalhamento da família” que, além de fazer parte da diáspora, é também estratégico: se um país tiver passando por uma crise, e os negócios não forem favoráveis, podem se mudar e se juntarem aos parentes no outro país. Essa capilaridade também se manifesta na ajuda mútua, e, entre aqueles que chegam, os que estão mais estabilizados o amparam.

No Brasil, existem várias pesquisas científicas sobre os imigrantes árabes e a diáspora palestina, realizadas por antropólogos, historiadores, jornalistas e sociólogos, mas, praticamente, inexistente pelos geógrafos. Nesse sentido, tento suprir essa ausência da geografia brasileira em estudos sobre “os árabes no Brasil e em específico a diáspora palestina”. Entendo que a Geografia, como ciência, precisa somar junto aos pesquisadores, sobretudo, antropólogos, que são pioneiros nos estudos acerca dos árabes no Brasil. Também busquei proporcionar uma reflexão sobre campo teórico e metodológico dos estudos migratórios com a inserção do conceito de translocalidade para mostrar a importância da localidade nesse processo.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. Tradução do inglês: Heloísa Buarque de Almeida. **Novos estudos CEBRAP** N.º 49, novembro 1997, p. 33-46. edisciplinas.usp.br. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363238/mod_resource/content/0/8-Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf . Acesso em: 15 ago. 2020.

ASFORA, J.S. **Palestinos**: a saga de seus descendentes. 2. ed., Recife: Patativa, 2003.

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal/UNESP, 2007.

BAEZA, C. **Les Palestiniens d’Amerique Latine et la Cause Palestinienne (Chili, Brésil, Honduras. 1920-2010)**. Thèse de Doctorat, Institut d’Études Politique, Paris, 2010.

_____. Palestinians in Latin America: Between Assimilation and Long-distance Nationalism. **Journal of Palestine Studies** (2014) 43 (2): 59–72. Patrocinado pelo Institute for Palestine Studies. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/jps/article-abstract/43/2/59/53568> . Acesso em: 15 ago. 2019.

BOURNE. R.S. **Trans-national America**. U.S. July 1916 Issue. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1916/07/trans-national-america/304838/> Acesso em: 24 set. 2020.



BRICKELL, K.; DATTA, A. Introduction: Translocal Geographies In: Katherine Brickell and Ayona Datta *Translocal Geographies: spaces, places, connections*. ISBN 978-0-7546-9654-4 England/ USA: ASHGATE publishing company, 2011.

BRUNEAU, M. **Lieux de mémoire, hauts lieux et diaspora**: Sanda et Soumela dans la diaspora grecque pontique. *L'espace Géographique* 24 (2), 1995, p. 124-134.

BRUNEAU, M. Diasporas, transnational spaces and communities. Chapter 2. In: BAUBÖCK, R.; FAIST, T. (EDS). **Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods**, Amsterdam: University Press, 2010. p.35-50.

COHEN, R. *Global diasporas*. Second edition. Routledge-Taylor e Francis Group. London and New York, 2008. E-book. Disponível em: https://nextmove.net/uploads/global_diasporas.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

CRESSWELL, T. *On the move: mobility in the modern western world*. New York: Routledge, 2006. 327p.

CUCHE, D. Os Palestinos do Peru: uma Forte Identificação com a Palestina. In: SCHIOCCHE, I. (Orgs.) **Entre o velho e novo mundo**: a diáspora palestina desde o Oriente Médio à América Latina. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

FAIST, T. Diaspora and transnationalism: What kind of dance partners? Chapter 1 In: BAUBÖCK, Rainer FAIST, Thomas. (eds.). *Diaspora and Transnationalism Concepts, Theories and Methods*. IMISCOE Research. Amsterdam: University Press, 2010, p.9-34.

FREITAG, U.; VON OPPEN, A. (org.). Introduction. 'Translocality': An Approach to Connection and Transfer in Area Studies. Studies in Global Social History V.4 In: FREITAG, U.; VON OPPEN, A. **Translocality**. The Study of Globalising Processes from a Southern Perspective. Leiden/Boston: Brill, 2010. p. 01-21.

GREINER, C.; SAKDAPOLRAK, P. *Translocality: Concepts, Applications and Emerging Research Perspectives Geography Compass* 7/5 373–384, 10.1111/gec3. 12048. 2013, p.373-384.

GOODMAN, D.S.G.d. **China Translocal**: identidade local e subjetividade móvel. Conferência Haikou (Hainan) China: Centro de Pesquisa UNSW-UTS para Pesquisa na China Provincial, junho 2002.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende. [et al.]. 2. edição, 1ª reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro). 12. ed. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HAMID, S. C. **Entre a Guerra e o Gênero**: Memória e Identidade de Mulheres Palestinas em Brasília. Orientadora: Ellen Woortmann. 157p. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

HAZIN, H. M. **Imigrantes palestinos, identidades brasileiras**: compreendendo a identidade palestina e as suas transformações. 246p. Orientador. Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016.



JARDIM, D. F. **Palestinos no extremo sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS.493 p. Orientador: João P. de Oliveira Filho. Tese de Doutorado em Antropologia Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, dez. 2000.

_____. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: Experiências identitárias e aduaneiras. **Cadernos Pagu** Nº 29, julho-dez. de 2007, p.193-225.

_____. Os Imigrantes Palestinos na América Latina. **Dossiê migração. Estudos Avançados** vol.20 N.57 São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200013 Acesso em: 04 nov. 2018.

Levy, J. Os Novos Espaços da Mobilidade. **GEOgraphia**, 3(6), 7-17. 2001. Disponível em <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i6.a13407> Acesso em: 13 out. 2018.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000, p.177-185.

_____. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. A mente geográfica. Dossiê Doreen Massey **GEOgraphia** V.19, Nº 40, Niterói: UFF, 2017, mai/ago. (Eletrônico) Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13798/8998>. Acesso em:12 out. 2020.

MISLEH, S. **Al Nakba**: um estudo sobre a catástrofe palestina. Instituto Brasil Palestina. São Paulo: Sudermann, 2017.

OAKES, T.; SCHEIN, L. Translocal China: an introduction. In: OAKES, T.; SCHEIN, L. **Translocal China: linkages, identities and the reimagining of space**. Series Editor: David S. G. Goodman. London and New York: Routledge, 2006, p.01-35.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: Uma introdução. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAFRAN, W. Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. In: **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**. Project Muse. University of Toronto Press Volume 1, Number 1, Spring 1991, p. 83-99 Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/443574/summary> . Acesso em: 03 out. 2020.

_____. "The Jewish Diaspora in a Comparative and Theoretical Perspective," **Israel Studies**, V.10 N.1, 2005, p.36-60. Project Muse, 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/35322856/10.1safran.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020

SCHIOCCHET, I. (Orgs.) **Entre o velho e novo mundo**: a diáspora palestina desde o Oriente Médio à América Latina. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

SCHILLER, N. G., BASCH, L.G.; BLANC, C. S. Towards a Definition of Transnationalism. Introductory Remarks and Research Questions. In: SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda and BLANC-SZANTON, Cristina (Eds.). **Towards a Transnational Perspective on Migration**: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered. New York: New York Academy of Sciences, 1992. p.ix-xiv.



SCHILLER, N. G. Nuevas y viejas cuestiones sobre localidad: teorizar la migración Transnacional en un mundo neoliberal. In: SOLÉ, C. et al. (Coord.) **Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones**. Documentos del observatorio permanente de la inmigración N.19. Gobierno de España. Ministerio del trabajo e inmigración Madri, 2008. E-book disponível em: <http://extranjeros.inclusion.gob.es/>. Acesso em: 24 set. 2020.

SEEMANN, J. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: Uma Breve Abordagem Contextual. **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], 1 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/180>. Acesso em: 15 out. 2020.

SMITH, M.P. *Translocality: A Critical Reflection* In: BRICKELL, K.; DATTA, A. **Translocal Geographies: spaces, places, connections**. ISBN 978-0-7546-9654-4 (ebook) England/ USA: ASHGATE publishing company, 2011 Chapter 11 p.181-222.

TRUZZI, O.M.S. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. 256p. Orientador: Sergio Miceli. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, 1993.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.